Da queda do liberalismo ao estado do bem-estar social: meio século de história do mais breve dos séculos

*Rafael Henrique Wolf*¹

Introdução

O presente ensaio tem por finalidade analisar a primeira metade do século XX, discutindo as duas guerras mundiais e as implicações na economia de diversos países, notadamente os europeus, os Estados Unidos e o Japão.

Partindo do ponto em que a I Guerra Mundial chega ao seu fim e os Estados Unidos da América emergem como a grande potência mundial, no primeiro tópico se discutirá os efeitos dessa hegemonia norte-americana sobre os outros países, quando começou a Grande Depressão.

O segundo tópico será voltado para as medidas adotadas pelos diversos países para tentar conter a crise advinda da Grande Depressão, contrapondo as medidas norte-americanas de Roosevelt às adotadas por Hitler na Alemanha nazista.

O tópico final voltar-se-á para a análise das consequências político-econômicas da Segunda Guerra Mundial, quando após uma pausa de seis anos, capitalismo e socialismo voltarão a se combater, originando a Guerra Fria e, paradoxalmente, a chamada Era do Ouro, de grande desenvolvimento econômico.

I O ano de 1914 provavelmente jamais será esquecido por aquelas pessoas que, por vontade ou simples curiosidade, decidirem estudar um pouco de História. Principalmente, se essa pessoa for nascida nos Estados Unidos da América. No ano em que se iniciou a Primeira Guerra Mundial, a economia norte-americana

(1) Graduando – 2º ano (UNICAMP. Instituto de Economia).

ainda não era a economia dominante do globo, mas sem dúvida era a maior em escala industrial. Ao término dela, o quadro está completo: os Estados Unidos adquirem a hegemonia econômica sobre o planeta. Uma série de fatores foi responsável por isso: o conflito demorou muito mais tempo do que o previsto; ceifou muito mais vidas que a pior das estimativas; desequilibrou as economias beligerantes de tal modo que todas terminaram a guerra com vultosas dívidas; os Estados Unidos entraram na guerra para vencê-la (entraram só em 1917, lutando por pouco mais de um ano e meio); a Rússia se retirou para dar a luz a revolução bolchevique e o conflito se deu em solo europeu, de modo que várias cidades e terras para plantio foram destruídas. Como foi dito, as economias beligerantes estavam endividadas. O tratado de paz de 1919 só impediria a plena recuperação econômica européia.

Desse modo, as perspectivas para o futuro eram altamente animadoras. Os Estados Unidos passaram a ser os maiores exportadores e ao mesmo tempo os maiores importadores mundiais. Cedeu empréstimos à maioria dos países europeus e fomentou a aplicação de capitais estrangeiros em seus bancos. A indústria de bens de consumo operava ao máximo: nunca foram feitos tantos empréstimos bancários para a compra de carros, casas e eletrodomésticos.

Entretanto, algo estava dando errado. O problema começou na agricultura, em que houve uma superprodução de alimentos sem que houvesse uma elevação dos preços. Na prática, o que houve mesmo foi uma ininterrupta queda: a produção estava operando a níveis inelásticos em relação ao preço. Mas a euforia era tanta que tudo passou despercebido. No final de década de 20 cresceram as especulações nas bolsas de valores, como meio fácil de se ganhar dinheiro. Estas passaram a operar cada vez mais com capitais de curto prazo.

Simultaneamente, as empresas começaram a trabalhar com capacidade ociosa. Houve uma diminuição generalizada na demanda pelos bens de consumo duráveis. O desenvolvimento começava a tender à estagnação e à queda. A empresa familiar cede lugar à sociedade anônima (S.A.), devido à crescente centralização do capital. O movimento especulativo nas bolsas de valores continua a crescer, até que em outubro de 1929 aconteceu o tão conhecido *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Ações que uma semana antes valiam milhares de dólares passaram a valer centavos. O refluxo

econômico norte-americano arrastou consigo todos os países com quem os Estados Unidos mantinham relações comerciais. Por quê?

Primeiramente, pelo fato de ter havido um deslocamento de poder para os Estados Unidos após a guerra. Todo o comércio mundial foi financiado pelos bancos americanos. Havendo algum problema interno, ocorreria a cobrança do dinheiro. Como os Estados Unidos eram os maiores importadores e exportadores, qualquer problema interno se refletiria em praticamente todos os países do mundo, dos que importavam os produtos industrializados americanos aos que vendiam notadamente produtos agrícolas ou minerais a ele (como o café brasileiro). Por outro lado, a vã tentativa alemã de recuperar sua economia através de vultosos empréstimos norte-americanos afundou em 1923, com a hiperinflação, fazendo com que ela se endividasse ainda mais, e, certamente, não tivesse como pagar os empréstimos (nesse sentido é que se pode falar da *culpa européia* em relação à Grande Depressão: a Alemanha foi considerada a única culpada e obrigada a pagar as dívidas dos países vencedores em dinheiro).

Além disso, não se percebia que agora os Estados Unidos eram uma potência mundial e que qualquer coisa que fosse feita em seu interior se refletiria nos outros países. Todos os esforços estavam voltados para o desenvolvimento interno (imigração, ferrovias), e ninguém pensava que, por exemplo, uma desvalorização do dólar afetaria o sistema de pagamentos de qualquer país que comerciasse com os Estados Unidos. O problema é que a estrutura produtiva não estava preparada para o novo padrão de consumo: as compras de eletrodomésticos, automóveis e casas eram feitas através de empréstimos bancários que não eram saldados, havendo portanto uma escassez de reservas nos bancos, algo muito perigoso se uma grande quantidade de clientes decidisse sacar suas poupanças ao mesmo tempo.

Por fim, o sistema bancário norte-americano era altamente desconcentrado, por isso mesmo operava com uma baixa capacidade de reservas. Os pequenos e médios bancos foram os primeiros a falirem, e levaram consigo qualquer capital estrangeiro neles investidos. Os grandes bancos tiveram grandes perdas, e passaram a não mais conceder empréstimos aos europeus. Cada país foi obrigado, portanto, a ser virar sozinho. Passou-se a praticar o protecionismo, que quase cessou o comércio mundial. Se a crise

européia veio se alastrando por toda a década de 20, com os amplos empréstimos e financiamentos americanos, agora tudo tenderia a piorar: aumentou o desemprego, reduziram-se os salários, houve o enfraquecimento do sindicalismo, da esquerda. Era a chance que os fascistas esperavam. Como já foi dito, cada país foi obrigado a agir a seu modo, e é isso que veremos a seguir.

II A crise foi responsável pela falência de inúmeros bancos e manteve baixo o preço dos produtos agrícolas (devido à queda do poder aquisitivo dos habitantes das cidades). Seu efeito mais forte deu-se na produção industrial, que regrediu substancialmente. Esta crise era diferente das anteriores, pois não existiam mais tantos mercados externos suscetíveis de absorver novos capitais e mercadorias. A recuperação deveria se dar sobretudo pelo desenvolvimento dos mercados nacionais. De maneira geral, todos os países começaram a praticar um protecionismo alfandegário para tentar salvar a economia nacional, seguido de abandono do livre câmbio, de medidas de defesa e isolamento contra as mercadorias e contra a imigração. Ou então comerciava-se dentro de um bloco econômico. A palavra que mais se ouvia era autarquia. O Estado passou a ter controle total sobre a economia. O *laissez-faire* chegava ao fim (pelo menos até a ressurreição no final do século). E estranhamente, para uma liga de países que não queria nunca mais uma guerra, o desenvolvimento da indústria bélica foi fundamental para a recuperação. Vamos analisar os procedimentos realizados pelos principais países. As trocas internacionais se deram principalmente por acordos bilaterais de curto prazo, às vezes até em espécie.

Na Itália, a crise legitimou o fascismo que estava no poder desde os anos 20. Para combater a crise, foram criadas empresas públicas para segurar o desemprego e evitar desastres econômicos. Também foram criadas duas instituições estatais, chamadas IMI (para dar crédito aos bancos) e IRI (para dar crédito às indústrias). A IRI acabaria por controlar um conglomerado de empresas industriais à beira da falência, e que o Estado não queria que falissem.

Na Grã-Bretanha, a crise não foi tão forte pelo fato de ela já estar em crise desde os anos 20. O governo trabalhista praticou uma política de deflação, com reduções nos vencimentos dos funcionários, seguros contra desemprego e diminuição do período de subsídios. Desse modo os trabalhistas não conseguem

se reeleger nas eleições de 1931, perdendo para os conservadores. Antes de todos os outros países, a Grã-Bretanha desvalorizou sua moeda, o que permitiu uma melhoria nas vendas externas por um certo tempo. Ocorrem restrições de importações agrícolas, tarifas para tornar mais rentáveis as indústrias-chaves, subsídios e subvenções às indústrias do transporte e construção marítima, além de tratados comerciais para favorecer as exportações da hulha (notadamente para as colônias). Apesar disso, até 1939 a Grã-Bretanha não conseguiu liquidar a crise, pois o desemprego continuou elevado.

Na França, a crise só começou em 1931. Ocorre uma queda substancial na renda, nos preços por atacado e varejo, além de um aumento da dívida pública. As reservas em ouro diminuem, mas o governo não se dispõe a desvalorizar o franco. Ao contrário, diminui as exportações, provoca a deflação, limita a produção agrícola e industrial, permite a negligência da legislação trabalhista por parte dos patrões. Com a vitória da Frente Popular nas eleições de 1936, volta a ser praticada uma política que garantia os direitos trabalhistas, inclusive o sindical, de modo que os salários voltam a subir. Com a elevação dos preços, as exportações se tomam impossíveis, e acontece então, tardiamente, a desvalorização da moeda a uma taxa elevada, que afastou a aplicação de capital externo, além de continuar a fuga. Em 1937, ocorre outra desvalorização, cotando o franco não mais ao ouro, mas à libra esterlina, que fez a moeda francesa perder 41,5% de seu valor em relação ao ano de 1936. Novamente, é a indústria de armamentos a responsável pelo aumento do índice de produção industrial, mas nem por isso a crise foi controlada. A política econômica francesa visava a manutenção da estrutura econômica e social existente: os cidadãos e as cidadãs franceses e francesas sempre desconfiaram de grandes empresas, notadamente alimentícias, preferindo “a venda da esquina”; nesse sentido houve a manutenção dessas pequenas empresas, permitindo aos grandes grupos monopolísticos trabalhar com custos menores que os delas, ganhando lucros consideráveis pela venda com preços menores.

No Japão, a crise foi um pouco diferente. Ela foi breve, castigou severamente a agricultura e praticamente passou incólume à indústria e às exportações. O agravamento ocorreu principalmente devido às medidas adotadas pelos países com quem o Japão mantinha laços de comércio, como os

Estados Unidos, China e Índia. A crise foi sentida quando o iene sofreu uma supervalorização frente ao dólar. Como foi dito, o impacto foi pequeno na indústria pelo fato de não ter havido deflação por muito tempo, uma vez que, em 1931, os militares chegaram ao poder e passaram a desvalorizar o iene e praticar uma política de inflação que implicou o aumento das despesas com o exército e marinha, o que repercutiu no aumento dos salários dos operários que trabalhavam na indústria armamentista (metalurgia, indústrias mecânicas e químicas). O Japão, via-se, portanto, numa economia de guerra, submetendo as empresas particulares aos interesses estratégicos, controlando as trocas, o comércio externo, o crédito, o consumo, os preços e as vendas. Estranhamente (mas com certa lógica) o Japão é o único país que incita suas colônias à industrialização, talvez pensando que assim poderia haver um maior dinamismo entre o comércio entre ambos. Fica a idéia de que a crise foi branda, pois sua economia, durante toda a década de 30, está em plena expansão, na renda, no comércio e nos investimentos.

Em alguns países de economia agrícola, parte-se para a industrialização a todo o custo, uma vez que as exportações dos produtos agrícolas diminuíram substancialmente. Assim, o Estado também adquiriu controle quase absoluto da economia, e investiu maciçamente no desenvolvimento industrial: indústrias alimentares na Argentina, indústria química no Chile, indústria têxtil na Índia, Turquia e Brasil.

Nos Estados Unidos, Roosevelt venceu as eleições de 1932 e assumiu o compromisso de superar a crise. A falência de bancos continuava a aumentar, juntamente com o desemprego. Por isso, no começo foram decretados inúmeros feriados bancários e dados inúmeros créditos à RFC, agência estatal criada para dar apoio ao setor bancário. Esses créditos foram adquiridos em sua maior parte pelos grandes bancos, de modo que os bancos pequenos e médios continuaram a falir.

Tal era a dramaticidade da crise que Roosevelt, pela primeira vez na história norte-americana, adquire um poder quase absoluto, algo difícil de se acreditar quando se pensa em Estados Unidos. Recebeu do Congresso permissão para legislar por decreto na área econômica. Ele então coloca em prática o New Deal, um plano econômico para reerguer a economia. Este plano

foi criado e elaborado pelo *brain trust*, conselheiros e peritos escolhidos por Roosevelt, formado principalmente por juristas e economistas. Contudo, as decisões acabavam mudando conforme as experiências e as reações do meio americano. De início foram feitos esforços para se proteger o capital monopolista, e depois, atendendo a pressões que vinham de todos os lados, foram postas em prática as idéias keynesianas. Portanto, o New Deal apresentou duas fases distintas: de 1933 a 1935, para reerguer a indústria, os bancos e a agricultura, e de 1935 a 1939, aproximadamente, em que a tônica foram os gastos sociais.

Na primeira fase, foi criado um poderoso órgão estatal chamado *National Recovery and Administration* (NRA), uma espécie de “ato institucional” devido aos enormes poderes de exceção. Ele se subdividia em duas agências: a NIRA (*National Industrial Recovery Administration*), responsável pela recuperação industrial e a AAA (*Agricultural Adjustment Agency*), responsável pela agricultura.

A NIRA tinha a possibilidade de controlar a produção em setores mais importantes, através de uma série de regulamentos que restringiam a produção através de acordos entre as grandes empresas. Controlando a produção, também se controlava as fatias do mercado estabelecendo o que cada empresa iria receber. Foi criado um código, chamado *Fair Trade*, proibindo a produção acima das cotas estipuladas pela NIRA ou vender a preços abaixo da tabela. As firmas que não tivessem condições de respeitar o acordo, pois não sobreviveriam seguindo o código, arriscavam-se a receber represálias. Estava sendo imposta, portanto, uma forma de cartelização geral, administrada pelo Estado.

A AAA tinha o poder de controlar a área cultivada, estabelecer cotas de produção visando reduzir as safras, defender os preços que estavam extremamente baixos, interferir na formação de estoques e alocação de créditos e subsídios dirigidos à agricultura. Tudo isso feito, obviamente, a favor dos grandes produtores.

O grande capital monopolista estava protegido. Só que o problema social continuava elevado. Não se conseguiu deter o desemprego e o

agravamento das tensões políticas. Como as eleições de 1936 estivessem próximas, e Roosevelt queria se reeleger, partiu para a segunda fase do New Deal, modificando-o radicalmente.

A segunda fase foi marcada por dois eventos: a eliminação de quase todo o aparato regulatório e a mudança drástica da ênfase da política econômica visando o fim da crise social.

Após um período crítico a produção industrial demonstrava tendência à recuperação, o que tomava difícil regular as cotas de produção. Além disso, os subsídios e créditos necessários já haviam sido dados, e a cartelização mostrava-se disfuncional. Assim, em 1935, sem oposição, foi oficialmente extinta a NRA e seus sub-órgãos.

Quanto à política de gastos sociais, foi aprovado o projeto Wagner, instituindo o Estatuto do Trabalhador, estabelecendo um sistema previdenciário de aposentadoria, pensão e seguro-desemprego, baseado em 2% sobre a massa salarial. Houve uma ampliação da legislação social, com o aumento enorme do emprego direto, via Estado, salários mínimos com a semana de 40 horas, construção de habitações a baixo preço, construção de grandes obras públicas (prédios, rodovias, aeroportos), e foi dado um “prêmio” aos veteranos de guerra para estimular a venda de artigos de consumo. Ainda assim, a dívida pública mantém-se elevada. Foi necessária a guerra para que houvesse realmente uma recuperação total.

Uma questão importante sobre a política de recuperação norte-americana refere-se aos sindicatos. Com efeito, a burocracia sindical americana, que nos anos 20 conseguiu controlar e manipular a classe operária, enfraqueceu-se muito e o governo, necessitando manter o equilíbrio social, colocou uma cláusula (7-A) quando da criação do NRA, onde era reconhecido e protegido o direito à contratação coletiva do trabalho pelo sindicato, e protege a liberdade de organização sindical. Na primeira fase do New Deal o governo só se preocupou em não permitir que o desemprego aumentasse ainda mais.

Após a dissolução do NRA, com a aprovação do projeto Wagner, a idéia era a de igualar capital e trabalho para não haver mecanismos regulatórios do Estado e para que essa relação se organize. Ambos teriam, então, o direito

legítimo de se organizar tanto em sindicatos patronais quanto operários, e as questões não negociáveis deveriam ser resolvidas pelo Poder Judiciário. Assim, desenvolve-se nos Estados Unidos um comando sindical centralizado, estruturalmente livre e ao mesmo tempo burocratizado, que negocia com empresas e governo. Por isso, o movimento sindical sofreu uma crise política bastante séria, com cisões que originaram outras centrais sindicais.

Quanto à Alemanha, é impossível não associar ao nazismo a política econômica de recuperação. Mas essa questão é bastante controversa, pois se realmente a recuperação alemã foi bastante rápida (de onde surgiram afirmações de que Hitler foi um keynesiano antes de Keynes), a economia alemã não voltou aos mesmos números de 1914.

O caso alemão era mais traumático pelo fato de ter sido considerado o culpado pela Primeira Guerra Mundial, sendo obrigado a pagar as dívidas de todos os países vencedores. Isso não permitiu que a Alemanha pudesse se recuperar nos anos 20, de modo que tão logo Hitler assumiu o poder, cessou as reparações de guerra, além de planejar a reconquista dos territórios perdidos.

Com a hiperinflação em 1923 e o *crash* da Bolsa de Nova York em 1929, a situação se tomou calamitosa. Por essa época, os sociais-democratas estavam no poder, e eles só conseguiram agravar a crise contraindo os gastos, diminuindo os salários do setor público, o que diminuiu a massa de impostos e, conseqüentemente, os gastos públicos (isso guarda alguma semelhança com o tempo Saquarema do Segundo Império brasileiro, se bem que os sociais-democratas alemães eram autênticos). Com isso o desemprego se tornou altíssimo, com mais de 5 milhões de desempregados, além da quebra do pequeno capital. Com isso, surgiram os insatisfeitos, uma pequena burguesia pauperizada que não raramente viam seus vizinhos judeus trabalhando normalmente e às vezes até enriquecendo, juntamente com os funcionários públicos, agricultores e o proletariado urbano. Era a base que o nacional-socialismo (que de socialismo só tinha a demagogia, haja vista todas as promessas socialistas terem sido esquecidas tão logo Hitler assumiu o poder), um partido formado por veteranos da Primeira Guerra Mundial que se sentiam superiores às outras pessoas e pareciam querer viver em guerra constante,

precisava para se apoiar. A social-democracia, e de carona o socialismo, afundaram por não terem dado respostas à altura da crise.

As estratégias para vencer a crise foram as seguintes: foi posto em prática o Primeiro Plano Quadrienal (1933/36), em que pagaram-se as grandes empreitadas diretamente com títulos de dívidas públicas, que podiam ser descontadas na rede bancária depois de algum tempo, onde deveriam ser retidas para só depois ser descontada no *Reichbank*. Nesse meio tempo, o dinheiro era movimentado, pagando os salários e havendo a geração de empregos, renda e depósitos bancários. Desse modo, o desemprego caiu em um ano de 5 para 2,5 milhões de pessoas. Em relação à agricultura, foi estimulada a pequena propriedade, para manter a mão-de-obra no campo, apesar de ser uma medida irracional dada a baixa produtividade. Quanto à indústria, foi explícito o apoio ao grande capital monopolista, com o reforço aos cartéis e aos grandes bancos.

Na Segunda, fase o totalitarismo tornou-se completo. Hitler tinha a certeza de que ninguém se oporia a nada que ele fizesse. A indústria bélica toma o lugar da indústria de construção civil. Busca-se a auto-suficiência na produção de matérias-primas importantes. Processou-se, assim, a autarquização da economia. A pequena propriedade agrícola perdeu o incentivo, em detrimento de unidades de maior escala, mais produtivas.

A recuperação alemã não foi uma estratégia nazista para obter maior legitimidade. As práticas foram bem parecidas às do New Deal, como por exemplo: déficit financeiro estatal, regulação do comércio e transações correntes, estímulo estatal à construção e/ou manutenção da indústria pesada e de construção (obras residenciais e estradas, as *autobahns*) e supervisão das operações bancárias e do mercado de capitais. A diferença em relação ao New Deal foi o grande estímulo ao rearmamento, o que não aconteceu no caso norte-americano (os gastos militares só começaram a ser efetivados no início dos anos 40), juntamente com um completo massacre dos sindicatos livres, através de violenta repressão, sendo colocados em seu lugar sindicatos corporativos que juntavam representantes do capital, da força de trabalho, representantes do Partido e do Estado ao mesmo tempo.

A ideologia da superioridade da raça ariana e sua necessidade de expansão foi posta em prática assim que Hitler percebeu que tinha poderes absolutos, e havia quantidade suficiente de armas para começar a expansão. A guerra se aproximava. Seu prenúncio foi o apoio alemão e italiano à Guerra Civil Espanhola, demonstrando o grande poderio militar dos dois países, e o recuo de Inglaterra e França diante das anexações e quebras do tratado de 1919, pelo trauma ainda vivo da Primeira Guerra, e porque outra guerra significaria gastos econômicos vultosos, o que obrigaria aos dois países endividar-se novamente com os Estados Unidos, o que de fato acabou sendo feito quando a diplomacia falhou.

III Explicando sucintamente as etapas e os principais fatos da Segunda Guerra Mundial, pode-se dizer que ela não teve a mesma duração para todos os países, alguns inimigos não lutaram entre si (Japão e URSS) e algumas alianças nunca mais se repetiriam, ao menos até o final do século.

Para o Japão, a guerra começou em 1931, com a invasão da Manchúria. Para a Itália, em 1935, com a invasão da Etiópia. Para a Alemanha, em 1938, com a anexação da Áustria. Mas a data conhecida e utilizada nos livros didáticos é 1939, mais precisamente em primeiro de setembro, quando a Alemanha invadiu a Polônia, onde viviam milhares de alemães, e que, por isso, era o ponto de partida da expansão ariana. Contudo, a Itália manteve-se neutra, de certa maneira, até a Alemanha vencer a França em menos de um mês, ficando oficialmente do lado do 'Fixo'.

A Segunda Guerra Mundial foi a mais ideológica das guerras até então. Por um lado, havia o nazismo, e por outro o capitalismo e o socialismo, que incrivelmente se uniram, formando o maior paradoxo da guerra. O Japão não era nazista, mas achou vantajosa a união com a Alemanha. A Itália fascista só se tomou anti-semita por pressão dos nazistas.

As etapas da guerra foram vastamente documentadas através de livros e do cinema, bastando, por isso, salientar que a Alemanha, através da tática da *blitzkrieg*, ou guerra-relâmpago, venceu rapidamente a Polônia e a Tchecoslováquia, depois partiu para a França, derrotando a Holanda e a Bélgica no caminho. Nesse momento, apenas a Inglaterra resistia, mas não por muito

tempo, já que não tinha mais de onde tirar dinheiro para aumentar os gastos militares, nem conseguiria sozinha atacar o continente. Enquanto isso, o Japão anexava a maioria das colônias francesas e inglesas no Pacífico, e combates eram travados no norte da África. Desse modo a Alemanha tinha conseguido o que queria no lado ocidental do continente, e ficou tão confiante (o banquete em homenagem à vitória definitiva foi planejado para ser dado em Moscou) que perdeu a guerra: atacou a URSS, quebrando um pacto de não agressão. Se esse ato for observado de uma outra perspectiva, pode ser considerado um ato imbecil, pois o melhor seria fazer rapidamente um acordo com os Estados Unidos. Mas se a perspectiva for a da época do conflito, não se poderia esperar outra coisa. Há uma charge que ilustra bem as condições em que foi feito o Tratado de Brest-Litovsk, onde Hitler e Stálin estão frente a frente, e Hitler diz que ninguém conhecia as intenções de ambos, ao que Stálin responde que sim, inclusive eles, e cada um esconde atrás de si um punhal. O fato é que Hitler considerava os exércitos soviéticos bastante atrasados e fracos, acreditava que uma aliança do comunismo com o capitalismo seria muito tênue e confiava no isolacionismo norte-americano, que será tratado adiante. Stálin, que aproveitou o pacto para retomar as repúblicas bálticas perdidas durante a Primeira Guerra e levar as indústrias de armamentos para longe de Moscou, foi surpreendido por esse ataque, mas tinha a seu lado um povo que lutou apaixonadamente até a vitória, um território vastíssimo e um inverno que uma vez derrotara Napoleão. Nessa altura Hitler já deveria ter enlouquecido, insistindo na continuação do ataque.

A guerra, sob esse aspecto, era européia. Ela só se tomou mundial com o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Os Estados Unidos entraram na guerra, ainda que houvesse uma grande oposição dentro dos Estados Unidos contra essa entrada, alguns afirmando que a crise americana só ocorreu porque eles entraram na Primeira Guerra e outros, claro, por puro pacifismo. Mas economicamente era importante entrar na guerra. Durante os anos 30, o Congresso norte-americano aprovou uma legislação chamada “Neutrality Act”, que restringia o comércio de armamentos e proibia a venda a qualquer país europeu. Esse embargo foi retirado em 1939, com a restrição do *pay and take*, ou seja, só eram vendidos armamentos se o

pagamento fosse à vista. Como a Inglaterra parecia estar perdida, esta fez um apelo, através de Winston Churchill, ao que o Congresso instaurou o “Lend and Leasc Act” que permitia aos Estados Unidos adiantar em espécie o armamento, em troca de um determinado arrendamento ou simples empréstimo a longo prazo (na prática o Estado comprava à vista da indústria doméstica). A Inglaterra, a França e em menor grau a URSS se aproveitaram disso e puderam preparar a reação. Até 1946 o *Lend-Lease* acumularia 48,6 bilhões de dólares. Por isso, se a Alemanha vencesse, nunca mais os Estados Unidos receberiam o pagamento pelo empréstimo.

Os Estados Unidos entraram na guerra para vencê-la, como da outra vez. Dai seguiu-se o avanço dos Aliados, o Dia D, e a foto histórica dos soldados soviéticos hasteando sua bandeira tendo ao fundo Berlim em chamas. A guerra na Europa havia acabado, mas não a do Pacífico, com os kamikazes dando a vida para destruir navios norte-americanos. Não restou aos Estados Unidos outra coisa a fazer senão jogar as bombas atômicas sobre Nagasaki e Hiroshima, ocasionando o extermínio de milhares de pessoas.

Concluindo o ensaio, vejamos as consequências da Segunda Guerra Mundial, que se fazem presentes até hoje. A aliança entre o capitalismo e o socialismo se desfez, e a animosidade voltou a tomar conta das relações entre a URSS e seus “satélites” e os outros países. Pelo lado do capitalismo, os Estados Unidos conquistaram de vez a hegemonia econômica mundial: um terço das exportações mundiais passaram a sair dos Estados Unidos, enquanto que nas importações o valor era de um décimo. Isso não só gerou um tremendo desequilíbrio no comércio mundial, como também representou a decadência da Europa como centro das decisões internacionais. Nessa esteira, seguiu-se a descolonização, principalmente africana, pelo fato de os países europeus não terem conseguido defender suas colônias durante o conflito, além é claro do esgotamento físico e material que foi a chance esperada pelos revolucionários locais. O regime nazista foi destruído, ainda que o final do século assista aos desfiles dos neonazistas.

A expansão socialista foi vista com muito temor pelos Estados Unidos, ainda mais porque a URSS, apesar das enormes perdas humanas, conseguiu também o status de grande potência, ainda mais depois de construir sua própria

bomba atômica. Era o início da Guerra Fria, o equilíbrio pelo terror. No terreno militar surgiu a OTAN e o Pacto de Varsóvia. Foi criada a Organização das Nações Unidas, cujo primeiro ato foi a criação do Estado de Israel, para abrigar os judeus espalhados pelo mundo.

Uma série de melhorias também ocorreu no campo da administração, produção e tecnologia. A medicina e a higiene foram desenvolvidas, haja vista a multidão de feridos tendo que sobreviver em condições adversas. Uma série de aparelhos surgiu no mercado, como o radar (desenvolvido pelos ingleses), novos modelos de aviões e a maior utilização de computadores. As pesquisas sobre energia nuclear continuaram e passou-se a buscar alguma utilidade que não o extermínio de seres humanos. A agricultura também obteve grandes inovações, como novos modelos de tratores. Surge o *american way of life*, consumo desenfreada de novos produtos: rádios portáteis, aparelhos de TV, mais de um carro em cada casa, etc.

A experiência da Primeira Guerra Mundial fez com que os Estados Unidos não cometessem o mesmo erro: foi posto em prática o Plano Marshall, um plano econômico de recuperação da economia européia e asiática (inclusive Alemanha e Japão). Isso foi feito mais por objetivos geopolíticos do que humanitários. Ele deveria durar por quatro anos, fornecendo dólares necessários à reestruturação econômica (equilibrar o orçamento, estabilizar a moeda), via empréstimos e doações. Os países europeus deveriam cooperar com os outros países participantes e facilitar as exportações de matérias-primas para os Estados Unidos, como metais, por exemplo. Assim os Estados europeus não precisaram praticar qualquer tipo de ‘planificação’ econômica, e com a mão-de-obra se tornando mais barata, devido à enorme quantidade de imigrantes que chegaram à Europa vindos especialmente do 3º Mundo (termo criado poucos anos após o fim da guerra).

Os Estados Unidos também foram os grandes responsáveis pela implantação do FMI, do BIRD e do GATT. Esses organismos deveriam regular todas as relações monetárias, comerciais, financeiras e de ajuda externa em nível internacional. A reunião ocorrida na cidade de Bretton Woods, em 1945, foi o marco criador desses organismos. O GATT, que significa *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e

Comércio), seria responsável pela queda de barreiras tarifárias para recuperar o nível do comércio internacional, o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) seria responsável pelo financiamento a longo prazo para apoiar o desenvolvimento, enquanto que o FMI (Fundo Monetário Internacional) deveria compensar e ordenar a paridade das moedas e ajustar os pagamentos oficiais compensatórios dos desequilíbrios do balanço de pagamentos, tudo baseado na convertibilidade ouro-dólar (transformando esta moeda em moeda internacional, idéia tão comum hoje em dia).

Como se vê, tanto o Plano Marshall quanto o FMI, o BIRD e o GATT eram instrumentos norte-americanos para interferir diretamente na condução da política nos países europeus. Depois o uso do GATT, do BIRD e principalmente do FMI voltou-se para os outros países capitalistas fora da Europa.

Outra consequência marcante foi o surgimento do *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social. Como se viu neste ensaio, para enfrentar as diversas crises pós-Primeira Guerra Mundial, o Estado passou a ter cada vez mais controle sobre a economia. Isso iria continuar depois do término da Segunda Guerra, com a grande inovação que foram as leis de proteção social de modo a manter a segurança e a estabilidade entre todas as classes sociais. Inegavelmente a maioria da população dos países estava abalada com a brutalidade praticada durante a guerra (mais de 40 milhões de mortos no total), e os governos estavam preocupados com a influência das idéias socialistas entre as camadas mais baixas da população, havendo também um desejo de democracia social que distribuisse melhor a renda. A isso deve somar-se a lembrança da crise e o desemprego crônico. A política praticada foi a de assegurar o pleno emprego, por razões de ordem social, de estabilização da economia, de eficiente política orçamentária, o cuidado de oferecer às classes deserdadas mais conforto e segurança, lutar eficazmente contra as doenças, seja por medicina preventiva, seja por tratamento nas melhores condições possíveis. A repartição de renda tendia a ser modificada, igualando os encargos sociais de maneira a confiar ao orçamento, ou seja, o conjunto da comunidade, o que antes era individual, tais como o tratamento médico, aposentadoria por idade de seguro social. Há uma luta contra o analfabetismo, passando a ser praticado um ensino público de alta qualidade, e o direito de voto às mulheres se estende por

quase todos os países. Pelo fato de milhões de homens terem morrido, e boa parte deles terem família, as mulheres passaram a adquirir maior liberdade, a sair de casa para trabalhar. O movimento, que seria tímido no começo, iria se radicalizar nos anos 60. Por fim, de 1945 em diante o progresso técnico-científico voltado para a melhoria de vida de todas as pessoas iria originar a Era do Ouro.

Bibliografia

COUTINHO, L. *Os anos 20 na Europa & O New Deal* (Apostilas CE-261).

CROUZET, M. *História geral das civilizações* – Tomo VII: A época contemporânea.

HOBSBAWN, E. *Era dos extremos* – O breve século XX.

NERÉ, J. *História contemporânea*.

OVEY, R. J. *The Nazi economic recovery 1932-1938*.

PEDRO, A. *Dois bons camaradas A II Guerra Mundial*.